

INTRODUÇÃO ÀS  
CARTAS INÉDITAS  
DE  
ALFREDO GUIMARÃES a ALFREDO PIMENTA  
*durante os anos 30 e 40 do século XX<sup>1</sup>*

Alfredo Guimarães e Alfredo Pimenta, vimaranenses ilustres, coetâneos, nascidos em 1882, são, na cidade de Guimarães, responsáveis por duas instituições notáveis: o Museu de Alberto Sampaio a que o primeiro presidiu e impulsionou, lançando as bases para o que hoje ele é e o Arquivo Municipal de que foi organizador e director o segundo. Além disto, ambos legaram à cultura do seu país, uma altamente qualificada bibliografia que no caso daquele se refere sobretudo a estudos sobre Arte e Estética, e no caso deste, abrange uma vasta área que inclui estudos históricos, filosóficos, crítica literária e estética, análise e doutrinação política e ainda poesia. Alfredo Guimarães manteve ao longo da sua vida a paixão pela pintura, escultura e arqueologia, tornando-se um sabedor pela sua fruição e intuição que lhe permitiram emitir juízos certos sobre obras destes géneros e o orientaram para estudos de grande mérito. A obra cultural de Alfredo Pimenta explica-se pela sua necessidade vital de compreender o mundo e a si próprio que o levaram à demanda quase exhaustiva de pontos de referência a que se ater. Daí a diversidade da sua obra, a sua vastidão, as diferentes formas de que se revestiu.

Alfredo Guimarães, depois de ter passado o período decorrido entre os seus vinte e cinco e os quarenta e seis anos – quase um quarto de século – em Lisboa (onde contactou com figuras promissoras e inquietas dos modernistas da geração de Almada Negreiros) e em Lamego, instalou-se na sua cidade natal donde se afastaria, esporadicamente, quando assuntos de trabalho o forçavam a deslocar-se. Nela veio a morrer em 1958, depois de ter preenchido a cidade com realizações notáveis, como o acima referido Museu Alberto Sampaio, o restauro do Paço dos Duques de Bragança e de ter legado à posteridade, estudos notáveis acerca do património histórico e artístico.

---

<sup>1</sup> Acervo constituído por 167 peças, a que se juntam duas cartas e um comvente telegrama, este de pêsames, endereçados à Mulher de Alfredo Pimenta pela morte do seu marido, em que se lê: “Reso e choro tendo os todos junto do meu coração = Alfredo Guimarães”; a data do início desta correspondência não se pode afirmar com rigor, embora pela natureza da temática se possa presumir com alguma certeza que seja em 1932 e termina em 1950, ano da morte de Alfredo Pimenta; a partir de 1940, com excepção de uma peça, todas registam a data; as que a não indicam são em número de nove – situam-se com toda a probabilidade entre 1932 e 1940; a maior frequência dá-se nos anos de 1933 (em número de vinte e duas) e em 1944 (em número de treze).

Por seu lado, Alfredo Pimenta, após a conclusão da sua formatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fixou-se em Lisboa, seguindo a vocação de trabalhador intelectual ao serviço da vontade de saber e comunicar, que completou com a carreira de Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo sido nomeado seu Director, precisamente um ano antes da sua morte em 1950. Mas, devotado à cidade que o vira nascer e onde passara a sua adolescência, dedicou-lhe anualmente os verões e uma atenção constante que, mercê da influência política que durante largos anos auferiu e do prestígio que aureolava o seu nome, lhe permitiu organizar e dirigir o valioso Arquivo Municipal e o levou a procurar solucionar alguns problemas burocráticos e políticos que impediam o bom funcionamento das instituições locais de cultura. A sua presença na cidade de Guimarães, embora temporária, permanece, graças a estas intervenções como ainda pelos inúmeros estudos históricos que lhe dedicou.

A partir do início da década de 30 de novecentos até 1950, os dois vimaranenses trocaram entre si uma vasta correspondência de que uma parte existe no arquivo particular de Alfredo Pimenta: a que lhe é endereçada.

Nas cartas que Alfredo Guimarães envia a Alfredo Pimenta, mais do que as trajectórias das suas biografias, podem apreciar-se algumas vertentes da vida da cidade de Guimarães, como o modo de ser e de sentir das suas gentes, desde a tónica popular convicta e acrítica, até às querelas das elites briosas da sua cidade, preocupadas em a promover, no caso vertente, com realizações de ordem cultural. A criação do Museu Alberto Sampaio, a organização do Arquivo Municipal, as celebrações do centenário de Martins Sarmiento, o monumento a Alberto Sampaio, o projecto da continuação da publicação dos *Vimaranis Monumenta Historica* e as festas dos centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, dominam esta correspondência. Situam-nos assim no contexto politico-cultural do Estado Novo<sup>2</sup> precisamente nas duas primeiras fases das várias que Fernando Rosas descortina naquele sistema, em que a primeira abrange os anos entre 1926 e 1934 e a segunda, de 1934 a 1940, ou seja, os períodos de transição da Ditadura Militar para a plena institucionalização do regime em 1933 (com a Constituição de 1933) e o da consolidação e máxima estabilidade que culmina com “*o grande espanto das comemorações Centenárias e a Grande Exposição do Mundo Português*”.<sup>3</sup> Sob o objectivo de restaurar o supostamente perdido sentimento de amor pátrio, Oliveira Salazar impulsiona uma série de realizações no domínio da simbologia da história de Portugal, no seu conhecimento e na tomada de consciência

---

<sup>2</sup> “*termo cunhado por volta de 1930*” para designar aquela que viria a ser a 2ª República, *apud* Oliveira Marques, *História de Portugal*, II, Lisboa, Palas Editora, 1973, pg. 295.

<sup>3</sup> Fernando Rosas, «Estado Novo» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

da naturalidade portuguesa. Assim começa todo um labor de reconstrução dos castelos medievais, de desenvolvimento de infra estruturas como as redes de arquivos, bibliotecas e museus, criação da Academia Portuguesa da História patrocinadora de uma revisão da História de Portugal, Secretariado de Propaganda Nacional, etc. Nesta orientação política da cultura, merecem atenção os museus regionais que, continuando a tendência anterior de abrangerem os domínios da arte e da arqueologia, viram alargado o seu âmbito para o campo da etnografia. No domínio dos arquivos históricos, reconhecendo o esforço da 1ª República na organização e promoção das bibliotecas e arquivos, o Estado Novo encetou uma reforma global com o objectivo “de reforçar as funções de orientação técnica, de melhorar a incorporação nos arquivos do Estado as espécies valiosas em risco de se perderem, de reunir num só depósito e sob a mesma direcção os núcleos e colecções documentais que se encontravam dispersos por vários estabelecimentos (...)”.<sup>4</sup>

A correspondência de que no ocupamos leva-nos para as dificuldades financeiras com que a administração pública se debatia e as que derivavam das relações entre os poderes central e local e para as quezílias pessoais que o localismo provoca entre os que estão investidos de responsabilidades públicas. Dão-nos a perceber a existência em Guimarães de forças que subrepticamente envolveriam o poder, como os casos da *Acção Católica* ou, mais ineficazmente, no *Nacional Sindicalismo*. Retratam aspectos da vida ora turbulenta, ora esmorecida da cidade, conforme são descritos acontecimentos de “*massa*”, ou pelo contrário, o estado mental dos que deveriam constituir as elites... A tão portuguesa boataria política com incidência nas personalidades dos então chefes do Governo e do Estado e nos rumores de remodelações de serviços ou ministérios tecem também estas cartas. De interesse ainda a verificação dos passos que então se davam na senda da concepção mais moderna da museologia. A par destes assuntos, existem outros, de teor familiar, ou relativos aos estudos e publicação de obras de ambos. Toda esta correspondência que revela o modo de ser dos dois intervenientes, certos aspectos do seu carácter – responsáveis, empenhados nas suas tarefas, não se furtando à colaboração pedida, com sentido de serviço e até de humor, preocupação de rigor, denota uma relação cordial que a separação geográfica das suas vidas não afectou.

Alfredo Guimarães estava inserido na vida da cidade, como se pode ver pela sua biografia que o mostra empenhadíssimo nas várias realizações e na elaboração de trabalhos escritos acerca de Guimarães, um dos quais em parceria com Alfredo Pimenta.<sup>5</sup> Este, por seu lado, revelou um forte sentimento de “pertença” à cidade que o viu nascer nunca quebrando os laços familiares que a ela o prendiam e

---

<sup>4</sup> Maria Madalena Garcia, «Arquivos», *Dicionário de História de Portugal*, VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999.

<sup>5</sup> *Guimarães, Publicação Comemorativa das Festas Centenárias da Fundação de Portugal*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1940.

seguindo com atenção a sua vida cultural.<sup>6</sup> E por isso, quando, por volta dos anos 30 do século XX, recebe em herança um pequeno conjunto de propriedades situadas nos arredores de Guimarães, não hesita em tornar habitável a casa da *Boiça do Cruzeiro*, na freguesia de Azurém, no lugar da Madre de Deus, que ficará a ser conhecida como a *Casa da Madre de Deus*. Para a sua reconstrução receberá os conselhos amigos de Alfredo Guimarães que, com o seu sentido estético, o ajuda a tirar partido da estrutura e localização existentes e assume a orientação das obras durante as suas ausências em Lisboa.<sup>7</sup> Então, a partir desta altura, até à sua morte, acompanhado da sua Família, Alfredo Pimenta, passa, sem interrupção, os meses de Julho a Outubro, nesta propriedade, que torna num pequeno cenáculo com as tertúlias que durante as tardes ali formavam os amigos e outras pessoas que o visitavam, cientes das suas qualidades de grande conversador e de homem culto. A completar este ambiente, a intensa correspondência que trocava com intelectuais nacionais e estrangeiros, os jornais e livros que recebia e que determinavam o vai e vem contínuo, de manhã e à tarde, dum caseiro que, em sacos de linho com o monograma do escritor bordado, levava e trazia do correio as cartas que o punham em contacto com o mundo, não apenas das ideias, mas também das pessoas, pois Alfredo Pimenta demonstrou ao longo da sua vida não se cansar de tentar resolver os problemas humanos de quem a ele recorria fosse para conseguir emprego, passar um exame, solucionar uma questão de erudição, arranjar um remédio. Causticado pela vida, bem sabia o lenitivo que é para quem pede, sentir-se ouvido e acompanhado. Presidindo àquela actividade, a sua biblioteca de verão, instrumento de trabalho e de lazer, a que os amigos chamavam carinhosamente a “Livraria da Mumadona”. E, a casa que era rude e praticamente inabitável, com um pátio onde se abrigavam aves de capoeira, tornou-se simpática e acolhedora, com jardim florido onde domina a cor verde da hera e o prateado de uns choupos esguios, tudo embalado pelo som de uma bica de água puríssima que, até há bem pouco tempo, descendo escondidamente do Monte Largo, caía num tanque de granito.<sup>8</sup> Na realidade, os elos que prendiam Alfredo Pimenta a Guimarães levaram-no, ainda antes de nela se poder instalar, a apresentar-

---

<sup>6</sup> “Leitura das Cartas Inéditas de Eduardo de Almeida a Alfredo Pimenta”, (1903 a 1932), in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães serie II, vol. IX, 2009, p. 3-100.

<sup>7</sup> Alfredo Guimarães, cartas a Alfredo Pimenta, 3 de Abril e 7 de Junho de 1936.

<sup>8</sup> Esta água abastecia a propriedade e a população circunvizinha que, ao ter problemas de abastecimento, acorria com toda a naturalidade, ciente da anuência dos proprietários, ao tanque que, no imediato lhes solucionava o problema. Por infelicidade, em virtude do carácter descuidado da nossa sociedade e seus serviços públicos, a urbanização do Monte Largo construída no início de 1990, interceptou irremediavelmente a mina que conduzia essa água apreciada pelo seu sabor e pureza de cor: não houve forças capazes de corrigir as numerosas interferências dos esgotos dos novos prédios, provocadas pela anarquia das infra-estruturas que, em vez de estruturadas, são construídas ao Deus-dará. O resultado, foi, que ao mesmo tempo que o país oficial se agita com projectos de defesa do ambiente e especula sobre o perigo de desertificação do planeta, faz orelhas moucas aos problemas concretos e, a água cristalina do tanque da Casa da Madre de Deus cujo proprietário, num poema enternecido metamorfoseou em “Atlântico em maré cheia,/ Hidrópico, empolado a trasbordar” teve de ser trancada e “substituída” pela técnica do furo que fornece água escondida e muda. O som da água a cantar da bica para o tanque não se ouve mais, e assim se amputou a Casa daquela companhia e a freguesia da solução rápida e segura para as carências de abastecimento...

se como candidato às eleições legislativas de 1918 pelo círculo desta cidade e a ser indigitado, em primeira mão, para as eleições de 1921. Quanto às primeiras, o Conde de Margaride,<sup>9</sup> informa-o da sua eleição, com muita satisfação, em carta de 29/4/1918, esclarecendo que na assembleia a que presidira, ele fora o mais votado (318 votos contra 241 e 263 dos outros candidatos). Aliás, o diário integralista, *A Monarquia* de 5/7/18, refere a estreia parlamentar de Alfredo Pimenta, «*brilhante como sempre*», noticiando a apresentação de uma moção da sua autoria rejeitada, contudo, pela maioria. Nas de 1921, adiadas por sinal, para Janeiro de 1922,<sup>10</sup> a sua candidatura foi preterida a favor da de Oliveira Salazar que se apresenta como deputado pelo *Centro Católico* a instâncias do referido Conde, por indicação do Rei D. Manuel II e que, ganha a eleição, desiste do seu lugar, imediatamente após a sessão inaugural da Câmara dos Deputados.<sup>11</sup> A presença de Alfredo Pimenta na vida cultural de Guimarães verifica-se também pela sua colaboração em vários jornais locais e na própria Sociedade Martins Sarmento de que é sócio, surgindo, a dado momento, a ideia, não concretizada, de o tornar honorário.<sup>12</sup>

O seu interesse por Guimarães e a natureza da sua vocação introdu-lo pois nas duas realizações culturais da década de 30 do século passado, da maior importância para a cidade e para o país: indirectamente, na instalação e organização do Museu Alberto Sampaio que é criado em 1928, a 17 de Março, com a designação de *Museu Regional de Alberto Sampaio* e, directamente, na criação e organização do Arquivo Municipal (ver Apêndice II).

Quanto ao primeiro, assegura uma colaboração indefectível a Alfredo Guimarães que, nomeado seu director, recorre permanentemente à influência do Amigo junto das altas instâncias administrativas para resolver problemas vários que iam desde a regulamentação do decreto criador do Museu, até à nomeação ou protecção de contínuos, das indispensáveis correcções ao orçamento e pedidos ao Estado de pagamentos atempados até à comunicação entusiasmada dos assuntos resolvidos.

Quanto ao segundo, é Alfredo Pimenta quem assume a direcção e organização do Arquivo Municipal, à frente do qual se manterá até à sua morte, depois de o ter instalado, catalogado e vivificado, criando inclusive, uma publicação periódica, de divulgação do seu corpo documental, a que dará o nome de *Boletim de Trabalhos Históricos*<sup>13</sup> cuja 1ª série perfez doze volumes até à sua morte.

---

<sup>9</sup> Henrique Cardoso de Meneses, 2º Conde de Margaride, n. 1868, m. 1933.

<sup>10</sup> Oliveira Marques, *História de Portugal, III*, Palas Editora 1981, pg. 241.

<sup>11</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, pg. 282.

<sup>12</sup> Eduardo de Almeida, carta a Alfredo Pimenta, 20 de Fevereiro de 1932.

<sup>13</sup> *Boletim de Trabalhos Históricos*, publicação editada a partir de 1931 pelo Arquivo Municipal de Guimarães, hoje Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; até à data é constituído por duas séries: a 1ª que completou doze volumes até à morte do seu fundador (1950), a que se juntaram mais dezoito entre 1951 e 1990 sob as direcções respectivas de Rodrigo Pimenta (entre 1951 e 1958) e Manuel Alves de Oliveira (entre 1958 e 1990)

A instalação do Museu suscita problemas que são vividos ansiosamente por Alfredo Guimarães, tão ansiosamente que poderiam ser identificados pela expressão “os tormentos de Alfredo Guimarães”<sup>14</sup>. Têm por base o choque entre o seu empenhamento de director querendo evitar perdas de tempo e as delongas usuais da burocracia, a lentidão da distribuição das verbas orçamentais e a partilha de competências relativas ao Museu entre a administração central e a local, condicionada por deliberações anuais, facto que tinha como consequência o envolvimento de Alfredo Guimarães nas tensões da vida da cidade. Sempre a seu lado, como se pode ver neste espólio epistolar, nota-se a presença de Alfredo Pimenta, sem desfalecimentos, respondendo ao apelo do amigo para usar da influência alcançada junto das esferas governamentais, consciente do alcance do trabalho que aquele desenvolvia, colaborando assim, numa atitude de serviço que ultrapassava os deveres que a amizade implica. E quando são os seus próprios problemas pecuniários que o afligem, como aliás acontece em diversas ocasiões, Alfredo Guimarães não se furta à confiança a Alfredo Pimenta afim deste procurar resolver a situação junto do próprio Salazar.<sup>15</sup>

Esta correspondência também ilustra a face interna da preparação de grandes acontecimentos para a cidade e até para o país, como os já referidos projecto da continuação da publicação dos *Vimaranis Monumenta Historica* pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães (1936), e os trâmites das celebrações respectivas dos centenários da Fundação e Restauração da Independência de Portugal e do nascimento do sábio arqueólogo Francisco Martins Sarmiento.<sup>16</sup> Todos estes eventos polarizam as atenções dos dois correspondentes que mostravam unanimidade no critério com que olhavam os assuntos, baseado em alto sentido da responsabilidade urdida por exigências científicas. Outros temas houve de importância para a cidade de Guimarães que desfilam pelos nossos olhos nestas cartas de Alfredo Guimarães a Alfredo Pimenta, sempre com a característica

---

que desempenharam as funções de director do Arquivo sem nomeação oficial e da então nomeada directora dr<sup>a</sup> Isabel Rocha de Sousa; com esta iniciou-se a 2<sup>a</sup> série que obedece a um novo modelo arquivístico tendo sido publicados quatro números em 1993, 1999, 2001 e 2003; estes dois últimos sob a coordenação da dr<sup>a</sup> Teresa Malheiro que recebeu a nomeação para o cargo de directora em 2004.

<sup>14</sup> O Museu de Artes Decorativas de Guimarães é criado em 17 de Março de 1928 por decreto nº 15.209 com a designação de Museu de Alberto Sampaio, tendo sido nomeado para o levar à prática o arqt<sup>o</sup> Baltazar de Castro e o arqueólogo Alfredo Guimarães, com o apoio do então Director Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais, Dr. João Antunes Guimarães e do artista vimaranense Marques de Abreu; em 14 de Outubro, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães propõe em sessão municipal que se oficie ao Estado para que nomeie Alfredo Guimarães “filho prestigiado” da cidade para o cargo de director-conservador do Museu; este vem a ser regulamentado pelo decreto 21.514 (*Diário do Governo* de 26 de Julho de 1932); por despacho de 1 de Agosto desse ano Alfredo Guimarães é nomeado director – conservador do Museu Regional de Alberto Sampaio (*D<sup>o</sup> do Gov<sup>o</sup>*, 6 de Agosto de 1932).

<sup>15</sup> Alfredo Guimarães, cartas a Alfredo Pimenta, de 11 de Novembro de 1936 e outra, ainda em 17 de Novembro de 1932 em que lhe pede o favor de tentar saber se os ordenados de Setembro e Outubro viriam a ser pagos estando já em curso o mês de Novembro.

<sup>16</sup> Ver Apêndices I, II e III.

que dá a perspectiva epistolar: a confidencialidade, o ponto de vista particular que, inseridos num contexto mais vasto, nos permite uma visão mais ampla dos factos oficiais: os casos dos projectos dos monumentos a Alberto Sampaio, Martins Sarmiento e João Franco. Apercebemo-nos pela pena de Alfredo Guimarães que a Câmara não correspondia tão depressa à pressa das suas opiniões.

Encontramos igualmente nestas missivas inúmeras referências ao que ambos iam produzindo no campo das Letras e Belas Artes. Alfredo Pimenta segue com interesse e admiração os trabalhos de Alfredo Guimarães, dando-se ao cuidado de os apreciar dentro dos parâmetros da exigência erudita, afinal a melhor maneira de demonstrar a consideração que a obra lhe merecia: além das referências elogiosas, concordantes e humildes de quem aprende, também as discordâncias justificadas com saberes. A par da leitura atenta que estas críticas revelam verifica-se o empenho em conseguir subsídios para a edição das obras e a publicação das análises críticas que anulavam em parte o silêncio com que os estudos eram recebidos e que magoavam o amigo. No período que estas cartas abrangem o director do Museu dá à estampa uma série de estudos: o *Mobiliário Artístico Português* (1935), *Guimarães*, de parceria com o próprio Alfredo Pimenta (1940), *Guia de Turismo* (1940), os 1º e 2º volumes de *Estudos do Museu Alberto Sampaio* (1946), *Armas Brancas do Solar de Pindela* (1949). Quando surge o *Mobiliário Artístico Português*, a que, segundo o seu autor, a crítica recebe com silêncio (carta de 2 de Janeiro de 1935) logo Pimenta lhe dedica umas páginas em que sobressaem a consideração pelo autor e pelo trabalho executado: «(...) Em uma velha e injustamente esquecida urbe provinciana do norte do País, que com tanta fartura tem pagado os seus tributos à Arte e à Ciência, à Indústria e à História de Portugal (...) vive, também injustamente esquecido um homem que desde muito novo se dedicou ao Bem Comum, e por amor deste se enterrou entre as paredes altas e frias dum claustro medievo, consagrando por inteiro a sua vida a reconstituí-lo e a povoá-lo de jóias preciosas. (...) pertence esse homem à dinastia dos bruxos da Arte que vivem para ela e vivem do sortilégio que dela emana. (...)». Referindo-se ao estudo, destaca o método histórico em que se nota a preocupação da integração no contexto das peças em foco, e a sua análise: “A descrição que faz de cada peça, não só sob o ponto de vista meramente artístico, em que entra o gosto pessoal, de natureza subjectiva, mas também sob o ponto de vista histórico, colocando-a no tempo, dá ao autor foros legítimos de perito em matéria de arqueologia artística (...) Para se fazer a descrição que ele faz é indispensável ter-se visto muito, ter estudado comparativamente muito, não só na exposição teórica dos livros, mas... *in anima vili* (...)». Porém, fazendo jus à lealdade que o seu conceito de amizade implica e obedecendo à probidade intelectual que era seu timbre, Alfredo Pimenta aponta alguns reparos, explicando: «Não me ficaria bem, e não mo levaria a bem o sr. Alfredo Guimarães, se eu me limitasse a estes gabos tão merecidos quão sinceros. Sabe bastantemente o autor que a minha consideração pelo seu valor não é constituída por louvaminhices, e se firma, antes, em juízo crítico maduramente reflectido. Tem a sua obra senões que cumpre evitar para o futuro». Termina,

fazendo votos «por que monografias destas, acompanhadas é claro das respectivas provas documentais, tornem possível, em breve, a organização da História da Arte Portuguesa».<sup>17</sup>

Do mesmo modo, são constantes os testemunhos da admiração atenta com que Alfredo Guimarães seguia a obra cultural e as múltiplas intervenções de Alfredo Pimenta no campo da política. E curiosamente, parece-nos permitido suspeitar uma espécie des-sintonia entre ambos no que diz respeito a convicções políticas quando aquele, referindo o facto deste não lhe mandar os seus trabalhos de natureza política, reage, dizendo que embora possa emitir opiniões «para trazer por casa de certo modo divergentes, acha que ainda se encontra, em estado mental para poder com pleno respeito individual, ler, discutir e felicitar o que os seus Amigos pensam, sem necessidade de me sentir maguado ou de ter de lutar contra os oferentes, como qualquer cidadão de cachimbo e gravata encarnada (...): Parece-me, enfim, que sou uma pessoa decente, e capaz de compreender e estimar aquilo que é sinceramente pensado e sinceramente escrito».<sup>18</sup> Mas a admiração que nutre pela erudição e escrita de Alfredo Pimenta e a amizade com que acompanha as vicissitudes da sua vida de publicista mantêm-se ao longo desta correspondência aplaudindo as intervenções frequentemente ácidas e sem contemporizações do amigo.

Nesta correspondência encontramos reflectidas as características temperamentais dos dois correspondentes que, a par da lhanza no trato, bondade de coração e atenção aos 'outros', caíam às vezes em manifestações explosivas de impaciência intransigente que os tornavam temidos sempre que enfrentavam questões de natureza científica e ética que não correspondessem aos seus níveis de exigência.<sup>19</sup> Nalgumas cartas a sua visão do clima cultural e social da cidade levam Alfredo Guimarães a comentários 'derrotados' enquanto noutras mostra a atenção divertida com que seguia a especificidade minhota nas reacções a acontecimentos populares como romarias ou jogos de foot-ball que ele traduz vernaculamente por "pedibola". Neste sentido, as cartas que Alfredo Guimarães escreve dão a conhecer momentos e aspectos socio-culturais de Guimarães na época do salazarismo triunfante ao início do seu ocaso.

---

<sup>17</sup> Alfredo Pimenta, *Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos*, Braga, Livraria Cruz, 1858, pg. 323.

<sup>18</sup> Alfredo Guimarães, carta a Alfredo Pimenta, 28 de Janeiro de 1942.

<sup>19</sup> Como exemplo, leia-se o *Comércio de Guimarães* de 18, 22 e 25 de Abril de 1930 em que se noticia um conflito tremendo entre Alfredo Guimarães e o Pároco da Oliveira; por outro lado, A. A. de Magalhães Basto relata a interpelação que fizera a Alfredo Pimenta sobre o seu feitio irritável, quando um dia o encontrara na Livraria Tavares Martins, no Porto, depois de uma leve escaramuça literária entre ambos: Alfredo Pimenta justificara-se risonhamente, atribuindo tal particularidade do seu comportamento ao resultado da dura experiência da sua vida que o levava a pôr-se em guarda sempre que alguém dele se aproximava..., *Boletim de Trabalhos Históricos*, XIII, nºs 1-2, Guimarães, Arquivo Municipal, 1951.



Mas, além destes temas, há nesta correspondência, assuntos que dizem respeito às suas vidas familiares.

Assim como Alfredo Guimarães encontrava em Alfredo Pimenta uma disponibilidade imensa, não apenas para obviar aos inúmeros escolhos que se levantavam à instalação e funcionamento do Museu e aos problemas relativos aos interesses da cidade, também Alfredo Pimenta encontrava em Alfredo Guimarães a mesma disponibilidade para a resolução dos assuntos que ali tinha pendentes a par de uma indefectível lealdade para todas as questões que recaíam sobre os seus ombros em virtude da luta que, intransigentemente, travava para manter a harmonia entre o que pensava e o modo como vivia. Esta reciprocidade no trato, a que se chama afinal amizade, explica que as notícias sobre assuntos de família abundem nestas cartas, que vão desde problemas de saúde próprias e dos familiares até à partilha nas alegrias e nas preocupações. Inúmeros são também os telegramas com as datas de 3 de Dezembro, aniversário de Alfredo Pimenta. É com desvelo que Alfredo Guimarães se interessa pela remodelação que Alfredo Pimenta fez na Casa da Madre de Deus, em que ainda hoje se mantêm, sem dúvida, soluções de bom gosto inspiradas em Alfredo Guimarães, tomando este a peito os afazeres dos pedreiros e dos marceneiros contratados para aqueles trabalhos, dando conta disso tudo para Lisboa.<sup>20</sup>

A solidariedade existente entre ambos não se limitava aos interesses recíprocos: abrangiam os assuntos dos outros, por mais humildes que fossem. Há inúmeras cartas que dizem respeito a pedidos de emprego a pagamentos de salários e tarefas a que os dois se esforçavam por dar seguimento, pedindo e obviando aos passos necessários para alcançar o almejado desfecho.

As vidas destes dois vimaranenses – Alfredo Guimarães e Alfredo Pimenta – a que estas cartas dão uma achega para o conhecimento das suas biografias e do modo como serviam os superiores interesses do Estado, inserem-se naquele dinamismo que Alfredo Pimenta nos revela quando um dia na monografia “*Guimarães*” escreveu: “Foi sempre notável o contributo de Guimarães para o património cultural da Nação. (...) Poetas, teólogos, jurisconsultos, historiadores, homens de ciência, artistas, – é fartíssima a teoria dos servidores do Espírito, nascidos em Guimarães e que, em Guimarães, alguns deles, tiveram ou alimentaram focos de criação cultural”<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Alfredo Pimenta era muito habilidoso de mãos e, ao mesmo tempo que ouvia os conselhos de Alfredo Guimarães quando com sua Mulher pensou em fechar a varanda da sua casa para a transformar em salinha com um tecto em maceira, dava aso ao seu entusiasmo e ia revelando o seu jeito para o desenho como ainda hoje se pode ver no sustentáculo do lampião que alumia o jardim da Casa, em ferro pintado com a forma de uma elegantíssima serpente ou no suporte de madeira em que se pendura o sino da porta principal.

<sup>21</sup> Ver nota 5.

Não desmerecem, estas duas esforçadas e devotadas personalidades, das palavras transcritas. Ao seu empenhamento, à sua erudição, ao seu sentido cívico, à probidade intelectual que sempre demonstraram, ficou Guimarães a dever o desenvolvimento de duas instituições importantíssimas e o país notáveis estudos que engrandecem o seu património cultural. A correspondência trocada entre os dois, de que só conhecemos uma parte, contribuirá para mais uma perspectiva sobre o carácter de ambos e sobre a vida da cidade nos anos trinta e quarenta do século que acaba de findar.

(...)

Grande parte desta correspondência não precisa o ano em que foi escrita e às vezes, nem o dia. No entanto, em alguns casos foi possível recorrer ao carimbo dos correios, embora noutros, encontrando-se estes truncados ou esbatidos, tornou-se necessário recorrer aos temas tratados ou outros indícios para calcular a data exacta ou aproximada. A disposição da correspondência no arquivo e as anotações escritas da filha de Alfredo Pimenta, Maria Gracinda Pimenta, foram, nalguns casos, o critério seguido para resolver as dificuldades em calcular essas datas. As peças de que não se conseguiu obter qualquer precisão foram transcritas no final deste conjunto sendo sobretudo cartões e telegramas oficiais dos correios nas épocas festivas.

Na transcrição respeitou-se a ortografia. Esta apresenta uma evolução hesitante, da etimológica para a fonética; a acentuação é quase nula; praticamente reduzida ao til ou ao acento agudo nas formas do verbo ser, mesmo quando segue a linha fonética. O acento grave, surge muitas vezes como um pequeno traço vertical no cimo da letra que se quer acentuar.

O papel de carta é ao princípio desta colecção, a carta normalizada, em caderno, com linhas, com o local da emissão escrito à mão; quando esse local é o Museu, esta palavra aparece sublinhada; no entanto numa única peça deste acervo, a inscrição “Museu Regional de Alberto Sampaio” aparece sob a forma de um carimbo de tinta.

No final de 1932, o caderno apresenta-se sem linhas com o timbre do “Museu Regional de Alberto Sampaio – Gabinete do Director-Conservador” impresso no cabeçalho.

A partir de Junho de 1933, as cartas sempre em forma de caderno, aparecem novamente pautadas e o cabeçalho tem outra configuração: em vez de estar no canto superior esquerdo aparece centrado e a identificar o Gabinete cai a palavra “Conservador” e figura apenas “Director”. Nos finais de Novembro de 1933, depois de uma glosada crise de falta de papel timbrado, surge, no mesmo tipo de papel de carta o timbre do Museu, em encarnado com o escudo do Estado português.

Em 1935, Alfredo Guimarães começa a usar cartões rectangulares timbrados a *grenat* assim como o papel de carta; a partir de 1941, o timbre é feito de caracteres azuis, alterando-se para ocre em Novembro de 1944, situando-se no canto superior esquerdo com o escudo do Estado Português enquadrada por um friso duplo. A evolução dos sobrescritos é idêntica.

A partir de 1936, há inúmeras cartas dactilografadas.

A assinatura com que termina as missivas é predominantemente uma abreviatura que na transcrição optámos por sintetizar (Alf Guimães), e nuns casos o nome completo; na presente transcrição manteve-se a ortografia original.

Na sua maior parte a correspondência é emitida de Guimarães, com poucas excepções, como o caso de alguns postais que partem de Vila Viçosa; a maioria é enviada para Lisboa, para a Rua de Pinheiro Chagas, 16, 4º, residência habitual de Alfredo Pimenta até 1939, altura em que muda para o 1º andar da mesma casa e, para Guimarães, para a Casa da Madre de Deus, onde o escritor residia de Julho a finais de Outubro. Em 1932, das cinco cartas endereçadas para Lisboa, há uma que é dirigida para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

*Na Revista Gil Vicente a autora transcreve seguidamente as 167 cartas de Alfredo Guimarães a Alfredo Pimenta – aqui omitidas.*

*No final do estudo descreve em Apêndices factos que ilustram assuntos abordados na correspondência de Alfredo Guimarães a Alfredo Pimenta.*

## APÊNDICE I

### A EDIÇÃO DOS *VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA*

Esta famosa colectânea surgiu por iniciativa da edilidade vimaranense em 6 de Abril de 1898 e recebeu o alto patrocínio da Sociedade Martins Sarmento<sup>22</sup> que, ao aceitar o convite que se lhe fazia, o confiou à erudição do Abade de Tagilde<sup>23</sup> (1853-1912). Surpreendido pela morte, não pode terminar o trabalho encetado mas deixou pronto o 1º fascículo e, incompleto, o 2º que constituíam a primeira parte das cinco que planeava para tal obra. Em 1908 consegue dar à estampa o 1º fascículo em magnífica edição com o título *Vimaranis Monumenta Historica A saeculo nono pos Christum usque ad vicessimum iussu Vimaranis Senatus Edita*, tendo o Dr. João de Meira<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Sociedade Martins Sarmento Promotora da Instrução Popular no concelho de Guimarães, instituída em 1882, e a partir de 1927 considerada de utilidade pública.

<sup>23</sup> João Gomes de Oliveira, abade de Tagilde, n.1853, m.1912, investigador, erudito, historiador vimaranense.

<sup>24</sup> João Monteiro de Meira, n.1881, m. 1913, médico, estudioso de História, deixou bibliografia.

continuado este trabalho no intuito de completar o 2º fascículo, o que novamente a morte não permitiu.

Em 1921, o Dr. Eduardo de Almeida<sup>25</sup> aquando de uma das suas presidências da Sociedade Martins Sarmento propôs a edição da parte que estava quase concluída para publicar o primeiro volume, o que realiza uns anos depois e com tanto êxito que se esgota rapidamente. Propõe-se então a Sociedade, dando provas da sua benemérita atenção, fazer uma segunda edição. Esta traz em Apêndice os documentos que Alfredo Pimenta, na crítica e emendas que fizera à primeira edição, considerara importantes para nela figurarem: *Vimaranis Monumenta Historica A saeculo nono post Christum usque ad vicesimum iussu Vimaranensis Senatus Edite Partis I Editio Secunda Accurate*. Em 1936 a Câmara Municipal, determina a continuação da publicação da importante colectânea iniciada pelo Abade de Tagilde. Nas actas das sessões municipais pode ler-se a comunicação do vereador A. L. de Carvalho<sup>26</sup> em 9 de Junho desse ano, relatando a história daquela publicação e a intenção da Direcção da Sociedade Martins Sarmento de responder ao apelo da Câmara para que se continuasse a publicação da monumental obra. Acrescenta que, demonstrando a sua boa vontade, a referida Direcção oficiara desde logo aos Directores do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital de Braga solicitando-lhes “cópias exactas de todos os documentos” relativos ao concelho de Guimarães e seu termo a partir da data ou época a que se tinha chegado. E terminava a intervenção que, com os materiais já na posse da Sociedade, seria possível recomeçar a publicação dos *Vimaranis* dentro de um curto espaço de tempo. Mas Alfredo Pimenta, ao tomar conhecimento dos termos da iniciativa levanta a sua voz, lembrando à Câmara que ela não deve mandar pura e simplesmente reeditar a obra sem atender ao rigor científico que a ciência da investigação impunha. Na sua visão, um trabalho daqueles não podia ser feito ao jeito que a Direcção da Sociedade propusera: officiar ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e ao Arquivo Distrital de Braga para lhe mandarem as cópias dos documentos que encontrassem de interesse. Não fora este o procedimento da Sociedade a quando da 1ª edição: fora procurar um, investigador categorizado que percorreria os arquivos, pesquisando, lendo, criticando, coligindo.

Na sua opinião, a Sociedade não devia nem podia fazer o simples pedido de cópias. Devia sim, encarregar-se ela mesma de investigar e recolher esses documentos. Evocava o Abade de Tagilde quando em 6 de Abril de 1898, a Sociedade ao aceitar essa incumbência da Câmara, o encarregara de tal trabalho: ele próprio descrevera o

---

<sup>25</sup> Eduardo de Almeida, n. 1884, m. 1958, vimaranense, advogado, jornalista, escritor, autor de vários estudos de etnografia, presidente da Sociedade Martins Sarmento.

<sup>26</sup> António Lopes de Carvalho, n. 1881, m. 1961; director da Sociedade Martins Sarmento, membro da Junta Geral do Distrito, deixou obra escrita de que se destacam os estudos sobre os mesteres de Guimarães e histórias e curiosidades acerca desta cidade.

seu percurso pelos arquivos públicos e privados para proceder à investigação com rigor e ciência. E Alfredo Pimenta não poupa as suas críticas. Considera que, se a Câmara paga à Sociedade um serviço, esta deve trabalhar e não mandar outros fazer aquilo que lhe compete; aponta, além disso, a incongruência da Câmara se esquecer do Arquivo Municipal cujo director era conservador no primeiro arquivo do país e que tinha o mérito e a competência de publicar um *Boletim* com os documentos relativos à história de Guimarães. E, de acordo com o seu feitio, avança com outro argumento: a incoerência de preferir uma instituição de “*comprovada incompetência*” como seria, para este efeito, a Sociedade Martins Sarmento, a uma entidade vocacionada para tal como era o Arquivo que ele próprio dirigia. Chama assim a atenção da Comissão Administrativa em ofício, esclarece que não traz a público o seu desacordo, convencido que ainda era tempo de se repensar no assunto.<sup>27</sup>

Este ofício originou um conflito ácido entre Alfredo Pimenta e o Presidente da Câmara, dr. José Francisco dos Santos,<sup>28</sup> de grande repercussão na imprensa e na opinião pública, patente nesta correspondência. É que perante o ofício de Alfredo Pimenta, o Presidente teve como reacção devolvê-lo à procedência, com uma nota à margem a lápis, em que se lê simplesmente, «*devolva-se*» (19/7/36). Mais não era preciso para que Alfredo Pimenta puxasse da pena e tratasse de publicar contra o Presidente da Câmara, um folheto “*exterminador*” na expressão de A. L. de Carvalho<sup>29</sup>. Este folheto que contava com uma edição de 300 exemplares é mandado apreender pelo Governador Civil de Braga, ainda na Tipografia Minerva de Famalicão que, entretanto, envia a Alfredo Pimenta, o original (10/9/36). Porém, passados cinco dias, em 15 do Setembro, o Administrador do Concelho ordena a Alfredo Pimenta que entregue os 34 folhetos que tem em sua casa. Em sessão da Câmara de 24/9/36, o incidente extravasa a questão da publicação dos *Vimaranis* e singra para o campo das represálias do Presidente da Câmara ao director do Arquivo. Descreve aquele, em tom de ameaça, a situação de dependência do Arquivo em relação à Edilidade, porque instalado em edifício da Câmara e dela recebendo subsídios; acusa o Director do Arquivo de indisciplina e atribui a tempestade levantada ao facto de não ter sido concedido ao Arquivo o subsídio mensal pretendido pelo director que assim ficaria com a faculdade de o administrar autonomamente; lamenta que o decreto nº 20.577 de 27 de Novembro de 1931 da criação do Arquivo e as rectificações de que fora alvo a 2 de Junho de 1932 pecassem por falta de clareza em relação às competências do Município na administração do Arquivo. Reitera, por fim, a obrigação que ela, Câmara, tem de zelar pelos seus dinheiros, sobretudo numa altura em que a administração do Estado assim o impunha. Terminando, propõe levar o assunto ao Governo, dando conta da atitude do Director do Arquivo, chegando ao ponto de

---

<sup>27</sup> Ofº de 15 de Julho de 1936, *apud* A. P., *Os Vimaranis Monumenta Historica e a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães*, Guimarães, ed. do Autor, 1936, pg. 15.

<sup>28</sup> Dr. Francisco José dos Santos, professor e reitor do Liceu de Martins Sarmento, presidente da Câmara de Guimarães de 1934 a 1937.

<sup>29</sup> A. L. de Carvalho, carta a Alfredo Pimenta de 12 de Agosto de 1936.

pedir a modificação do Decreto que era fonte de dificuldades para si, neste particular e que as despesas do Arquivo fossem directamente pagas por ela, Câmara...<sup>30</sup> Esta proposta foi unanimemente aceite. Alarmado, Alfredo Pimenta oficia em 29/9/36 para o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, dando-lhe conta desta sessão. Pede que o Arquivo seja salvo da dependência da Câmara. Esclarece que não fora de modo nenhum o Director do Arquivo que publicara o folheto contra o Presidente da Câmara, mas sim o escritor vimaranense Alfredo Pimenta e que não quisera atacar o Presidente, tão só manifestar a sua discordância em relação ao critério da publicação dos *Vimaranis* e, mais ainda, não se dirigira aos vogais, mas sim ao dr. José Francisco dos Santos, na sequência do seu despacho. Entretanto, o Governador Civil de Braga, a quem Alfredo Pimenta escrevera a 4 de Outubro contando-lhe esta “guerra”, responde-lhe dois dias depois, com elogios à sua enorme cultura, mas recusando qualquer interferência no conflito. A contenda continua, pois a 21 de Outubro, um ofício do dr. José Francisco dos Santos, responde àquele que Alfredo Pimenta lhe enviara pedindo-lhe os 40 centavos do selo da carta que ele, Director, tinha de escrever como resposta à que o Director das Bibliotecas e Arquivos lhe endereçara. Não se desmanchando, o Presidente da Câmara responde que estando a Câmara isenta de franquia postal, bastava que Alfredo Pimenta a entregasse na secretaria da Câmara para ela ser enviada...<sup>31</sup> Mas em 12 de Novembro de 1936, uma proposta subscrita pelo Presidente da Edilidade informa a vereação que estavam pendentes dois ofícios que Alfredo Pimenta lhe dirigira e da sua intenção de os apresentar à Câmara para que ela se inteirasse da atitude rebelde daquele funcionário (sic) de modo a aprovar as medidas que o caso exigia. E, relatando os factos, dizia que o primeiro ofício, conforme lhe constava, fora divulgado antes de ser remetido para a Câmara, certamente com o intuito de *menoscaber* (sic) aquele *Cargo Administrativo* (sic); o segundo, na sua opinião, era de uma insolência inaudita, pois o funcionário em questão se servira da correspondência oficial para enxovalhar a entidade a que pertencia e de que dependia a instituição onde trabalhava. E, com um certo abuso do poder, o Presidente passava depois à proposta que constava de três pontos: 1º, que se informasse o governo da permanente rebeldia daquele funcionário; 2º que enquanto este não desse qualquer satisfação à Câmara, esta suspendesse todo e qualquer abono destinado ao Arquivo e 3º que se solicitasse ao governo medidas que tornassem, de vez, impossíveis tais situações. Esta proposta foi aprovada por maioria, já que o vereador A. L de Carvalho, dando mais uma vez provas de sagacidade, não a votou, explicitando as razões da sua atitude. Na sequência destes incidentes, surge um ofício da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos que a Câmara regista em 19/11/36, pedindo a “*fineza*” de ser informada se a notícia vinda a lume na imprensa de que a Câmara resolvera cessar os abonos ao pessoal e serviços do Arquivo tinha fundamento, para, em caso afirmativo, serem adoptadas as providências necessárias

---

<sup>30</sup> Proposta do Presidente da Comissão Administrativa de 24 de Setembro de 1936, *Lº das Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Guimarães*, A.M.A.P.

<sup>31</sup> Of.º registado em 29 de Setembro de 1936, *Lº das Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Guimarães*, A.M.A.P.

ao prosseguimento dos serviços do Arquivo<sup>32</sup>. Então a Câmara manda comunicar o que se estava passando. Mas, em 19 de Fevereiro de 1937, o ofício do Presidente da Sociedade Martins Sarmiento informa que estava dando início aos trabalhos para a publicação dos *Vimaranis Monumenta Historica* tendo entregue a sua execução aos directores das nossas 1ª Biblioteca e Arquivo (sic)<sup>33</sup>. Pede a actualização da verba anual de 200\$00 que fora votada em 1898 pela Câmara para manter aquela obra. E o conflito não teve mais consequências para além do espectáculo que originou e certamente o desgaste de tempo que ocasionou para as partes envolvidas. Alfredo Guimarães segue com atenção, aplauso e apoio entusiasmado esta contenda<sup>34</sup>.

## APENDICE II

### AS COMEMORAÇÕES DO 1º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE MARTINS SARMENTO<sup>35</sup>

1933, o ano do primeiro centenário do nascimento de Francisco Martins Sarmiento, o sábio vimaranense, leva a Sociedade portadora do seu nome a comemorar tal data com a dignidade devida. Alfredo Guimarães envia a Alfredo Pimenta, uma carta em que com ironia, comenta os planos de que tinha conhecimento: informa-o que a Sociedade resolvera, numa das suas sessões, celebrar o centenário em Agosto: «... *misturado com as Festas Gualterianas. Musica e Fogo - como na idade da pedra.*» E agastado, acrescenta: «*E foi isto resolvido numa reunião, há dias na S.M.S*»<sup>36</sup> Com maioria de razão ele permite-se tais comentários pois ele próprio propusera já em 25 de Janeiro desse ano, num artigo no *Notícias de Guimarães*, uma série de medidas para essa festividade, defendendo a ideia que as celebrações dos centenários não deviam cair no puro encómio saudoso e piegas (sic). Alfredo Pimenta é chamado a participar nas celebrações da efeméride respondendo a uma circular assinada por Alberto Vieira Braga<sup>37</sup> da direcção da Sociedade Martins Sarmiento. Segundo o seu próprio relato<sup>38</sup> aceita o convite com entusiasmo e, evocando o que vinha sendo hábito no estrangeiro em comemorações deste género propõe que se organizasse um volume de consagração, formado por trabalhos eruditos nacionais e estrangeiros.

---

<sup>32</sup> *Lº das Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Guimarães*, A.M.A.P.

<sup>33</sup> *Ibd.*

<sup>34</sup> Alfredo Guimarães, carta a Alfredo Pimenta, em Setembro de 1938; no arquivo particular de A. P. as cartas que tratam deste assunto estavam reunidas num maço à parte.

<sup>35</sup> Francisco Martins Sarmiento, n. 1833, m. 1899, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, dedicou-se ao jornalismo e à poesia mas notabilizou-se pelos seus estudos e trabalhos arqueológicos e pelas pesquisas nas citânias de Briteiros e Sabrosa; deixou vasta bibliografia e grande nomeada pelo seu saber e carácter.

<sup>36</sup> Alfredo Guimarães, carta a Alfredo Pimenta de 20 de Julho de 1932.

<sup>37</sup> Alberto Vieira Braga, n.1892, m. 1965, vimaranense, escritor, autor de vários estudos etnográficos e históricos.

<sup>38</sup> Alfredo Pimenta, *A Voz*, "Tribuna Livre – Páginas Minhotas", 19 de Agosto de 1932.

O então Presidente da Sociedade, o dr. Eduardo de Almeida com quem Alfredo Pimenta mantinha laços de amizade desde os seus tempos de estudantes de Coimbra aplaude a ideia e imediatamente Alfredo Pimenta esboça o projecto do volume, submetendo-o à direcção da Sociedade e fica a aguardar o veredicto, pendente da viabilidade do orçamento. Mas a 3 de Abril de 1932, na direcção da Sociedade, a Eduardo de Almeida sucede Mário Cardoso<sup>39</sup> que participava do coro de reticências que na própria Sociedade se havia levantado contra a criação do Arquivo Municipal fora da esfera do poder da própria Sociedade, tendo sido nomeado seu director Alfredo Pimenta<sup>40</sup>. É que os dois decretos que fundavam e regulamentavam o Arquivo<sup>41</sup> confundiam as áreas de administração da nova instituição, porque se, por um lado, entregavam a propriedade do arquivo à Sociedade, por outro, confiavam a sua direcção a uma pessoa nomeada pelo governo, que respondia perante ele. Logo em 2 de Fevereiro de 1932, Pimenta, na *A Voz*, sentia a necessidade de afirmar que nele, Director nomeado do Arquivo (22 de Dezembro de 1931), a Sociedade Martins Sarmiento não tinha autoridade alguma. E explicava que o decreto 19.952 criador do Arquivo Municipal em 1931, estipulava que a Sociedade Martins Sarmiento detinha o referido arquivo, era proprietária da sua sede e superintendia em todo o seu pessoal excepto no seu Director. E escrevia: *“Tanto ela (a Sociedade Martins Sarmiento), ressaltada aquela excepção legítima tem autonomia completa e absoluta dentro do Arquivo, que pode, se quiser, fechar-lhe a porta. Como pode, se quiser, não lha abrir (...)”* e acrescentava como que dando a entender alguma resistência à sua nomeação ou acção: *“(...) Se a escolha foi boa ou má, o futuro, pelos meus actos, o dirá. Se não estou equivocado, sei ler e escrever sem muitos erros. E que diabo! Não sou tão mau como me pintam. Nestas condições o Arquivo Municipal de Guimarães, nas minhas mãos não ficará à altura dos meus sonhos e dos meus desejos, que eu sou pródigo no sonhar e no desejar; mas... o futuro, pelos meus actos, falará. Simplesmente, se pode ficar certo: eu porei o Arquivo de pé. Não preciso de que me ajudem; mas é indispensável que não me embarquem, nem com resistências activas, nem com resistências passivas. Deixem-me trabalhar – é o que peço (...)”*. Incidentes ocorreram entre a Sociedade e o novel director quanto ao problema das instalações e ao recrutamento do pessoal necessário ao bom funcionamento do arquivo. Pela leitura das actas das sessões da direcção da Sociedade Martins Sarmiento entre 6 de Maio e 16 de Junho de 1932 se pode ler que o novo Presidente da Sociedade, o capitão arqueólogo Mário Cardoso, apontava o dedo às incompatibilidades entre os dois decretos criador e regulamentador do Arquivo, salientando que, na sua opinião, ofendiam a hierarquia e o prestígio da Sociedade Martins Sarmiento porque o 2º coarctava à Sociedade direitos que o 1º lhe dera e, explodindo, evocava a guarda que

---

<sup>39</sup> Mário de Vasconcelos Cardoso, n. 1889, m. 1982, oficial do exército, estudioso de arqueologia; presidente e director da Sociedade Martins Sarmiento; autor de vários estudos sobre a especialidade, sócio correspondente do Instituto Arqueológico do Reich Alemão.

<sup>40</sup> Francisco Mendes, *Comércio de Guimarães*, Arquivo Municipal de Guimarães, 19 de Agosto de 1932.

<sup>41</sup> Decreto nº 19.952 de 27 de Junho de 1931 e decreto nº 20.570 de 3 de Dezembro de 1931, *Diários do Governo*, 1ª série, nº 147 e nº 254.



ela tivera do principal fundo documental que então transitava para o Arquivo; omitia na primeira destas reuniões falta de recursos financeiros da Sociedade a que, no entanto, faz alusão na segunda quando propõe que o Arquivo seja transferido para a competência da Câmara Municipal. Também não evoca os parâmetros da reforma das bibliotecas e arquivos públicos que então o Estado se propunha fazer no sentido de “*concentrar num só organismo de direcção técnica e de inspecção superior os estabelecimentos e serviços da mesma natureza que se encontram dispersos por vários departamentos de Estado e por diversos organismos administrativos*” de modo a fazer das bibliotecas e arquivos “*organismos vivos de erudição e cultura evitando que sejam simples armazéns e meros depósitos de impressos e manuscritos*” preocupando-se ainda em recrutar pessoal profissionalizado”<sup>42</sup> A 4 de Junho de 1932, no *Diário do Governo* nº 130, I série, surgem as correcções às inexactidões com que os artigos 1º e 4º do decreto regulamentador haviam sido publicados; determinava-se então que à Câmara Municipal de Guimarães competia os encargos de instalação, incorporação material, pessoal e expediente que, segundo o art.º 27 do decreto nº 19.952 de 27 de Junho de 1931, cabiam às corporações administrativas os respectivos arquivos distritais e (art.º 4º) que o restante pessoal era contratado pelo Arquivo Municipal conforme as necessidades do serviço.

Alfredo Pimenta, em artigo de 13 de Novembro de 1932, conta retrospectivamente alguns dos incidentes que teriam ocorrido entre ele e a Sociedade Martins Sarmiento no que respeitava à gestão do Arquivo Municipal e que haviam suscitado troca de notas e artigos em jornais de Guimarães e de Lisboa<sup>43</sup>.

Este facto da criação do Arquivo, nos termos em que foi feito, coincide com o projecto e comemorações do centenário do nascimento de Martins Sarmiento e com a eleição de Mário Cardoso para a presidência da Sociedade cujo patrono é o sábio arqueólogo; esta teia explosiva para as personalidades de Mário Cardoso e Alfredo Pimenta de acontecimentos justapostos temporalmente faz com que este se afaste da celebração oficial do centenário que tanto o entusiasmara<sup>44</sup>, suspenda a sua colaboração no *In Memoriam* dedicado a Francisco Martins Sarmiento que a Sociedade veio a publicar e que ele, aliás, comentará elogiosamente “no roda pé” do *Diário de Notícias* na secção que assinava “Cultura Estrangeira - Cultura Portuguesa”<sup>45</sup> e peça a sua demissão de sócio correspondente da Sociedade. Não abdicou, no entanto, de comemorar a efeméride que considerava tão justa e oportuna<sup>46</sup>: no nº 1 do *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1933, exclusivamente dedicado à memória de Francisco Martins Sarmiento e subsidiado pela Junta de Educação

---

<sup>42</sup> *Apud* decreto criador do Arquivo.

<sup>43</sup> *Comércio de Guimarães*, de 19, 26 e 30 de Agosto de 1932.

<sup>44</sup> *Notícias de Guimarães*, 28 de Setembro e 13 de Novembro de 1932 e 1 e 8 de Janeiro de 1933.

<sup>45</sup> Alfredo Pimenta, “Homenagem a Francisco Martins Sarmiento (Miscelânea de Estudos), edição da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1933”, *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1934.

<sup>46</sup> *Id.*

Nacional, publica, a par de três documentos inéditos e de interesse para a história de Guimarães, “Cartas inéditas de Francisco Martins Sarmento a Joaquim Possidónio da Silva” e, neste mesmo ano, profere uma conferência intitulada *Martins Sarmento, Literato e Historiador*<sup>47</sup>.

Na “Cultura Estrangeira - Cultura Portuguesa” do *Diário de Notícias* de 2 de Junho de 1934, quando já se refere ao citado volume *Homenagem a Martins Sarmento (Miscelânea de Estudos)*, aplaude-o, salientando a colecção de estudos que é, tornando-se uma homenagem criteriosa que, em vez de encomiar o homenageado, coisa que a sua fama e o conhecimento da sua obra dispensavam, reúne sob a sua égide um conjunto de estudos que o honram pela sua qualidade científica. Com satisfação lembra que este tipo de homenagem fora um pouco ideia sua, mas que um “incidente mesquinho” o obrigara a afastar-se da justa homenagem, pondo “o chapéu na cabeça”, abandonando a comissão e a optar pela solidão para celebrar o sábio eminente.

### APENDICE III

#### AS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA FUNDAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL EM 1940

A cidade de Guimarães não ficou de modo algum à margem destas comemorações: logo em 16 de Junho de 1939, o Presidente da Câmara informa a vereação que as Comissões nomeadas para as comemorações dos centenários deviam incluir, no que respeitava à Comissão de Coordenação, o Cónego Alberto da Silva de Vasconcelos, o Doutor Alfredo Pimenta e o Presidente da Comissão Concelhia da U.N.; no que tocava à Comissão de Instalação, nela deveria tomar parte o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e para a Comissão dos Arraiais e festas populares, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e o Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio<sup>48</sup>. Pouco tempo depois anuncia para breve a vinda a Guimarães do director do Cortejo do Mundo Português, capitão Henrique Galvão.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> Conferência proferida em Lisboa na Associação dos Arqueólogos, em sessão presidida pelo Dr. Dias da Costa, Director Geral do Ensino Superior. Editada em Lisboa por José Fernandes Junior, 1933.

<sup>48</sup> *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal deste Concelho de Guimarães*, 16 de Junho de 1931. AMAP

<sup>49</sup> Henrique Galvão, n. 1898, m. 1970, capitão do exército, sidonista, defensor da revolução de 28 de Maio de 1926, passou à oposição ao regime de Salazar e em 1950 notabilizou-se pelo assalto ao paquete Stª Maria; o *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal deste Concelho de Guimarães* de 25 de Agosto e de 13 de Outubro regista o anúncio da sua chegada a Guimarães; o mesmo Livro, no dia 12 de Junho de 1940, regista

O ritmo da preparação para o acontecimento torna-se intenso e a sua celebração engloba vários agentes e campos de actividades. A Sociedade Martins Sarmiento resolve preparar um número especial da sua *Revista de Guimarães* dedicada ao evento e pede à Câmara licença para reproduzir a página iluminada do *Foral de Guimarães*, propriedade da Edilidade.<sup>50</sup> Já em 1940 lembra a grande utilidade em se construir uma estrada de acesso à Citânia para facilitar a visita que o Presidente da República faria no âmbito das festas<sup>51</sup>. Por seu lado os directores do Museu Alberto Sampaio e do Arquivo Municipal resolvem dedicar um estudo quase monográfico à história e ao património artístico de Guimarães; este último encarregue da parte da História, focou as origens históricas da cidade, a etimologia do seu nome, a sua ligação “aos acontecimentos de certo relevo da história política de Portugal” sendo um burgo frequentadíssimo pelos reis durante a primeira dinastia, que nela presidiram a numerosas cortes e concederam inúmeros forais a inúmeras povoações, a sua participação na gesta marítima da descoberta de novos mundos e na vida cultural da nação, sem esquecer as actividades económicas do concelho. O primeiro, enumerando e descrevendo os “documentos arquitectónicos ainda existentes na área deste grande concelho”, não podendo, como explica, incluir as demais espécies artísticas em que ele é pródigo<sup>52</sup>.

Reflectindo a importância crescente do fenómeno “turismo” na atenção dos governos e dos particulares, Alfredo Guimarães aceita o encargo de organizar um *Guia de Turismo* da cidade de Guimarães<sup>53</sup>.

Atendendo ao significado histórico de Guimarães no contexto destas celebrações, a Comissão Histórica do Mundo Português pede à Câmara que lhe envie a bandeira do concelho em filete de lã para figurar na Exposição do Mundo Português em 1940<sup>54</sup> e, na acta de 27.X.39, regista-se a informação do director do Arquivo Municipal de que estava habilitado a ceder, nos termos do despacho referido na circular do Governador Civil que acompanhava o ofício da Câmara de 19 de Outubro, os

---

que Alfredo Guimarães reconhecendo o mérito deste oficial na organização das festas propõe à Câmara que seja agraciado com o título de cidadão honorário de Guimarães. AMAP.

<sup>50</sup> *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal deste Concelho de Guimarães*, 13 de Julho e 20 de Dezembro de 1939. AMAP

<sup>51</sup> *Id.* 24 de Janeiro de 1940.

<sup>52</sup> *Guimarães*, direcção e organização artísticas de Alfredo Guimarães, Guimarães, Câmara Municipal, 1940, (em sessão da Câmara Municipal de 27 de Dezembro de 1939 fora resolvida esta publicação), sendo A.P. encarregue da parte histórica, tendo escrito na sua introdução: «O que escrevi, a despeito da sua extensão não é a monografia que a história de Guimarães merece. Essa história exigiria alguns volumes e bastantes canseiras. O que escrevi não passa de apanhado singelo, se bem que cuidadoso, de alguns apontamentos que servirão, um dia, para quem se deitar à tarefa, nada fácil, de compor a história completa de Guimarães. (...) A história de Guimarães só se fará, depois que se tenham escrito as histórias das suas freguesias permanentes – quero dizer, das que a acompanham desde o século XII (...)».

<sup>53</sup> *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal deste Concelho de Guimarães*, 13 de Dezembro de 1939.

<sup>54</sup> *Id.* 8 de Setembro de 1939.

documentos indicados relativos às Cortes dos Reinos assim que lhe fossem pedidos, e que faz seguir no dia 13 de Janeiro de 1940 conforme pedido expresso da Câmara de Guimarães a 6 de Dezembro de 1939, endereçados ao Secretário dos Monumentos Nacionais<sup>55</sup>.

Em 20.XII.1939, a acta da sessão da Câmara refere que Alberto Vieira Braga e Alfredo Guimarães haviam sido nomeados para estudarem a representação do município de Guimarães no Museu de Etnografia de Braga, a criar a quando das festas dos centenários.

A pautar toda esta actividade, o Presidente da Comissão Nacional dos Centenários e o Governador Civil, respectivamente em Outubro de 39 e em Janeiro de 40, lembram que apesar do ambiente de guerra que se vivia na Europa, as comemorações dos Centenários se celebrariam na data prevista e que deveriam obedecer ao projecto e datas centralmente ditadas. E na realidade, conforme os jornais da terra noticiam, nos dias 3, 4 e 5 de Junho de 1940, Guimarães festeja as efemérides tão cuidadosamente preparadas.

A colaboração de Alfredo Pimenta neste evento não se ficou apenas pela sua participação directa na organização dos festejos nacionais enquanto vimaranense com a função de Director do Arquivo Municipal. Foi mais longe como atesta a sua bibliografia.<sup>56</sup>

MARIA TEREZA PIMENTA

In *Gil Vicente – Revista de Cultura e Actualidades*, nº 5  
– IV Série, Jan-Dez 2004-2005, Guimarães, Editora  
Cidade Berço, pp. 3 a 100.

NOTA: As cartas de Alfredo Guimarães a Alfredo Pimenta – que aqui não se transcrevem apesar de publicadas na Revista *Gil Vicente* -- fazem parte do espólio epistolar do escritor doado por Maria Teresa Pimenta em 2005 ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães.

Cf. *Catálogo “Alfredo Pimenta – Correspondência recebida”* vol. I, Guimarães, AMAP, 2015.

---

<sup>55</sup> *Id.* 10 de Janeiro de 1940.

<sup>56</sup> Na realidade, Alfredo Pimenta colaborou nestas efemérides com uma série de trabalhos: *Os Forais Medievais Vimaranenses*, Separata dos *Anais* da Academia Portuguesa da História II, Lisboa, 1940; *Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães, 1940; *Para a História das Inquirições Régias*, Separata da Revista *Gil Vicente*, Guimarães 1940; *Três Documentos Afonsinos (Publicados e Comentados por A.P.)*, Separata do *Instituto*, 95, Coimbra, 1940; *Alguns Documentos para a História de Idanha a Velha*, Ed. Junta Provincial da Beira Baixa, 1940; *Onde Nasceu Portugal?*, Edição do Arquivo Municipal, Guimarães, 1940; *A Data do Combate de Val de Vez*, Livraria Portugália, Lisboa, 1940; *A Façanha de Martim Moniz*, Livraria Portugália, Lisboa 1940.